

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA BRANCA-ES

AVALIAÇÃO DA GESTÃO

(PARA FINS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

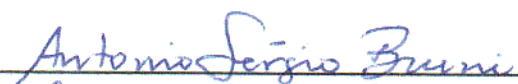
1. O Conselho Municipal de Saúde de Água Branca - ES, em atendimento às exigências legais, notadamente o §1º do Art. 36, da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, para fins da Prestação de Contas Anual, do exercício 2019, do Fundo Municipal de Saúde de Água Branca - ES, é de parecer pela REGULARIDADE das contas da gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
2. A opinião supra, está consubstanciada nos resultados do acompanhamento periódico, na apreciação dos Relatórios Quadrimestrais de Gestão e no Relatório de Gestão Anual do Fundo Municipal de Saúde, relativo ao exercício financeiro de 2019, conduzidos pelo Conselho Municipal da Saúde segundo o planejamento definido para o período, observando as competências legais do Conselho, com abordagem nos seguintes aspectos:
 - I) Organização do Conselho Municipal de Saúde;
 - II) Reuniões extraordinárias para tratar de assuntos que demandavam urgência;
 - III) Reuniões ordinárias para acompanhamento da execução orçamentária da saúde;
 - IV) O grau de relevância atribuído pelo gestor ao Conselho Municipal no planejamento e na tomada de decisões relacionadas ao setor da saúde;
 - V) A efetividade do sistema de planejamento, respectivo ao processo de elaboração e à inclusão dos instrumentos de planejamento da saúde no PPA, LDO e LOA;
 - VI) Fiscalização do cumprimento do Plano Municipal de Saúde;
 - VII) Acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde;
 - VIII) Avaliação da dedicação ao cumprimento de metas físicas e financeiras dos Planos de Aplicação dos Recursos da Saúde;
 - IX) Avaliação da dedicação do gestor às ações e atividades da estratégia Programa Saúde da Família;
 - X) Análise do Relatório de Gestão Municipal da Saúde; e
 - XI) Acompanhamento até onde os exames puderam alcançar do cumprimento do percentual constitucional mínimo de receitas vinculadas à saúde, compreendendo as receitas de impostos e transferências constitucionais e respectivo rendimento de aplicações financeiras, no ano de 2019, e as despesas realizadas com fontes livres e mais as vinculadas pela E.C. 29/00, destinadas às ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos art. 2º e 3º da Lei Complementar nº 141/2012, podendo-se opinar que não foram constatadas ofensas às normas.

3. A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Águia Branca – ES, 23 de março de 2020.

Conselheiros de Saúde:

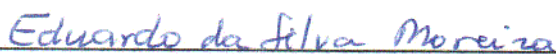
ANTÔNIO SÉRGIO BRUNI



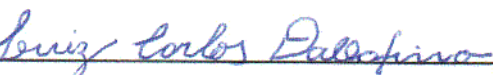
LUCELENE PESSOA FERNANDES



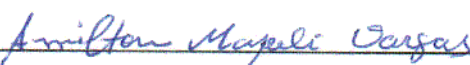
EDUARDO DA SILVA MOREIRA



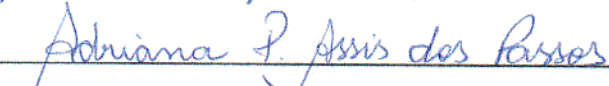
LUIZ CARLOS DELLAFINA



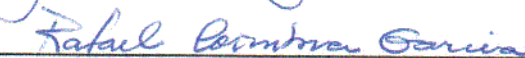
AMILTON MAPELLI VARGAS



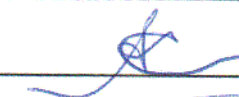
ADRIANA RIBEIRO DE ASSIS DOS PASSOS




RAFAEL COIMBRA GARCIA




ANTÔNIO FERNANDO CALVÃO:



PAULO SÉRGIO BARBOSA ARAÚJO



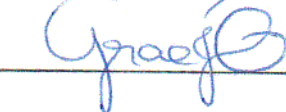
ADAILZA BREDA FEDESZEN

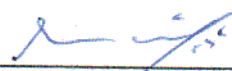


AMARILDO FRANSKOVIASK



GRACIELLA DE JESUS OLIVEIRA




AMARILDO FRANSKOVIASK
Presidente do Conselho de Saúde – Águia Branca-ES